

# Sabóia vê risco em anistia mais ampla para militares

BRASÍLIA — O Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, advertiu ontem que uma eventual ampliação da anistia para os militares cassados — tema que está sendo examinado pela Assembléia Nacional Constituinte — poderá criar graves problemas institucionais. O Ministro abordou o assunto durante entrevista ao programa "Bom Dia Brasil", da TV Globo, e ressaltou que uma decisão deste tipo criaria imensas dificuldades para as Forças Armadas.

— Os militares têm dado provas diárias e permanentes de que, mais do que muita gente, estão interessados em que haja uma real consolidação do regime democrático. Mas é

preciso que haja um bom entendimento dos constituintes a respeito dos problemas que a reintegração dos militares cassados poderia provocar no seio das Forças Armadas — disse Henrique Sabóia.

O Ministro da Marinha afirmou, no entanto, que está bastante confiante na ratificação do texto da Comissão de Sistematização pelo plenário da Constituinte.

— O texto que foi aprovado na Comissão de Sistematização já é uma anistia ampla, dentro do sentido de esquecimento e perdão. É um limite bastante razoável. No mais, o que há são pessoas tentando conseguir vantagens pecuniárias — acrescentou o

Ministro.

Sabóia considerou absurda a idéia de reintegração ao serviço ativo dos militares cassados. Argumentou que, devido à evolução dos equipamentos das Forças Armadas, qualquer oficial ou praça fica totalmente desatualizado ao permanecer mais de cinco anos afastado do serviço. Com relação ao pagamento dos atrasados, Sabóia assinalou que este é, sobretudo, um problema moral. E indagou:

— No momento em que enfrentamos dificuldades sérias — inclusive com a URP dos servidores congelada por problemas de caixa —, é justo que a sociedade brasileira pague por um serviço que não foi prestado?

## Emendas não passam e votação é suspensa

BRASÍLIA — A ampliação da anistia aos militares começou a ser votada ontem à noite pela Constituinte mas, após a rejeição de quatro emendas e a não aprovação de uma por insuficiência de votos, seus defensores esvaziaram o plenário, fazendo com que a sessão fosse suspensa. O tema continuará a ser examinado hoje.

A proposta dos Deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Aloísio Teixeira (PMDB-RJ) — que permitia aos punidos por motivos políticos, entre abril de 1964 e dezembro de 1968, recorrer à Justiça para receber direitos e vantagens perdidos — recebeu 228 votos favoráveis, 52 a menos do que o necessário para a aprovação. Nas galerias, ex-militares chegaram a comemorar.

O Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), cassado em 1968, considerou-se impedido de relatar a matéria. Substituindo-o, o Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) deu parecer favorável. A anistia aos marinheiros foi objeto de fusão, também rejeitada, de autoria dos Deputados Lysâneas Maciel (PDT-RJ) e Raquel Cândido (PFL-RO). A proposta concedia aposentadoria correspondente à graduação que teriam no serviço ativo, na forma de lei a ser votada pelo Congresso no prazo de um ano, aos praças das Forças Armadas expulsos ou licenciados por motivos políticos.

Também não passou emenda do Líder do PCB, Roberto Freire, que estendia a anistia aos punidos por atos administrativos desde que com motivação política. Uma outra tentativa de obter reparações em dinheiro, de autoria do Deputado Agassiz de Almeida (PMDB-PB), também fracassou. Teve a mesma sorte emenda do Deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), que estabelecia indenização igual à soma dos salários dos últimos cinco anos.

## General reitera que emenda preocupa o Exército

PORTO ALEGRE — O Comandante Militar do Sul, General Clóvis Azambuja, reiterou ontem a preocupação do Exército com a emenda constitucional que amplia a anistia a marinheiros e soldados cassados por motivos disciplinares. Ele acredita no bom senso dos parlamentares e lembrou que o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves,

já advertira que a ampliação da anistia abalará a hierarquia militar e comprometerá o orçamento do Exército, insuficiente para atender à despesa decorrente da medida.

— A reintegração de oficiais afastados há mais de 20 anos é impossível e até injusta. Muitos oficiais passaram a vida fazendo cursos para chegar onde estão e agora outros que ficaram parados teriam colocação

hierárquica superior. Se isto acontecesse eles seriam os "marajás" das Forças Armadas — afirmou o General, minutos antes de encontrar-se com o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, numa visita de cortesia.

Acrescentou que a anistia já concedida é até considerada demasiada por alguns setores militares.

## Mailson: Perdão a empresários beneficia débitos do Governo

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse ontem a um grupo de agricultores gaúchos que a anistia defendida pelos constituintes para pequenos e médios empresários, endividados durante o Plano Cruzado, é complexa porque também beneficiaria as dívidas do próprio Governo.

— Estamos acompanhando de perto a votação porque, se a anistia for aprovada, poderá haver uma interpretação jurídica do seu sentido lato, em que o Governo também estaria desobrigado de seus pagamentos — disse Mailson ao Deputado Paulo Mincaroni (PMDB-RS), que acompanhava o grupo.

As palavras do Ministro equivalem, na prática, à advertência de que a Constituinte poderá, de fato, oficializar o "calote" das dívidas do Go-

verno, a coisa mais temida pelo setor privado. Os empresários ouviram em silêncio e ficaram impressionados, admitindo que ele havia "pintado a situação com cores mais negras" do que imaginavam.

Mailson disse que hoje Estados, Municípios e empresários batem à porta do Executivo, mas amanhã será o Executivo que ficará sem alternativas a quem recorrer se ceder a todas as pressões atuais.

O Líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), informou que a União só poderá dispendir US\$ 1 bilhão (quase CZ\$ 175 bilhões) com a anistia a micro e pequenos empresários e agricultores, proposta na Constituinte. Após reunião de manhã com Sarney e Ministros da área econômica e outros líderes, anunciou que serão estudadas todas as possibilidades de o Go-

verno beneficiar micro e pequenos empresários que contraíram dívidas no Plano Cruzado e estão inadimplentes.

Contudo, o cálculo de US\$ 1 bilhão foi abandonado à tarde, em reunião de que participaram os autores das três emendas que propõem a anistia — o Senador Mansueto de Lavor (PFL-PE) e os Deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) — e técnicos da Fazenda e do Banco Central.

Segundo os técnicos, a emenda resultante da fusão dos três textos diminuirá os custos iniciais. Novo cálculo será apresentado sexta-feira e servirá de base para negociações. Os autores da emenda acertaram com os técnicos que serão estudados também os efeitos da liquidação dos débitos em 30, 60, 90 ou 180 dias.